


Vida, trabalho e cotidiano – história e memória das mulheres na colonização da transamazônica

Work and everyday life - history and memory of women in transamazonian colonization

Filipe Meneses Soares

 <https://orcid.org/0000-0003-2535-8538>
Universidade Federal do Pará

Resumo: O decreto que institui o Programa de Integração Nacional, em junho de 1970, prevê como parte de seus intentos uma política de colonização às margens da rodovia Transamazônica. A ação consistia na transferência de grandes contingentes de mão-de-obra proveniente do Nordeste e a posterior concessão de terras para essas famílias na Amazônia – abrandando as consequências da seca na primeira região e garantindo a soberania nacional nas áreas de fronteira, como aponta a retórica oficial do regime da ditadura. No artigo, pretendo destacar a memória das mulheres migrantes que se deslocaram às regiões de colonização em busca de novos locais de moradia e trabalho. Com o rigor metodológico da história oral, serão analisadas as entrevistas a mim concedidas por Creuza Azevedo de Melo e Maria Eunice Alves. Através da memória do deslocamento e da recriação da vida nas margens da rodovia, poderemos ter contato com o cotidiano dessas mulheres no início da década de 1970. Entende-se que a história do cotidiano é um espaço privilegiado para investigarmos o papel de gênero desempenhado pelas mulheres na constituição familiar, assim como também auxilia a crítica à consequente divisão sexual do trabalho no campo. Seus depoimentos também permitem o resgate e a problematização de uma política governamental orientada pela ditadura militar e direcionada às classes populares do Nordeste. De maneira geral, a vida e o trabalho das mulheres migrantes na Transamazônica expõem a complexidade dos processos de ocupação dos sertões brasileiros no século XX. Por sua vez, o uso de seus depoimentos é fundamental para entendermos a participação feminina na constituição de novas territorialidades. As mulheres, agora protagonistas de uma nova vida na Amazônia, são sujeitos determinantes na configuração das práticas culturais em regiões de “colonização dirigida”.

Palavras-chave: Transamazônica. Colonização. Mulheres migrantes.

Abstract: The decree that establishing the National Integration Program in June 1970 provides as part of its intent a policy of colonization along the Transamazon Highway. The action consisted in the transfer of large contingents of labor from the Northeast and the subsequent concession of land to these families in the Amazon – mitigating the consequences of drought in the first region and ensuring national sovereignty in border areas, as the regime's official rhetoric points out. In the scientific article, I want to highlight the memory of migrant women who went to the colonization regions in search of new places of residence and work. With the methodological rigor of oral history, the interviews given to me by Creuza Azevedo de Melo and Maria Eunice Alves will be analyzed. Through the memory of the displacement and the recreation of life on the roadside, we can have contact with the daily lives of these women in the early 1970s. It is understood that the history of daily life is a privileged space to investigate the gender role played by women in the family constitution and the consequent sexual division of labor in the countryside. Their testimonials also allow the rescue and criticism of a government policy



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

guided by the military dictatorship and directed to the popular classes of the Northeast. In general, the life and work of migrant women in Transamazon Highway expose the complexity of the occupation processes of the Brazilian hinterlands in the twentieth century. In turn, the use of her testimonies is fundamental to understand female participation in the constitution of new territorialities. Women, now protagonists of a new life in the Amazon, are determining subjects in the configuration of new cultural practices in regions of “directed colonization”.

Keywords: Transamazon Highway. Settlement. Migrant women.

Introdução

A euforia desenvolvimentista que tomou conta do Brasil nos anos de 1970 está associada à transformação do país em um canteiro de obras (Reis Filho, 2000). No rol dos projetos de grande envergadura, encontrava-se o Programa de Integração Nacional (PIN). Promulgado em meio à estiagem que assolou a região Nordeste em 1970, o PIN proclamava o desenvolvimento em escala nacional e manifestava o desejo de unificar um país com dimensões continentais. O Programa de Integração Nacional é um decreto-lei promulgado em 16 de junho de 1970¹. Sua principal manobra consiste em alterar a legislação do imposto de renda para pessoas jurídicas, leiam-se empresas nacionais e estrangeiras, a fim de estimular a agropecuária no país. Dentre as obras a serem realizadas pelo PIN, destaca-se a colonização dirigida da Amazônia. A colonização foi uma política que estimulou o deslocamento de mão de obra para a região supracitada, transferindo grandes contingentes de trabalhadores e trabalhadoras para os considerados “espaços vazios” do território nacional. Uma vez na Amazônia, esses sujeitos se juntavam às suas famílias para serem assentados em lotes de terra concedidos pelo governo. É justamente sobre a política de colonização, mais acertadamente, sobre o processo de migração e construção de novos locais de moradia e trabalho que pretendo me debruçar neste artigo. Através dos depoimentos de mulheres migrantes, pretendo destacar a vida e o trabalho feminino no cotidiano da Amazônia durante o início da década de 1970.

Para o cumprimento do programa de colonização, o governo federal comprometeu-se com a execução de obras tidas como prioritárias ao desenvolvimento da Amazônia, são elas: a construção das rodovias Transamazônica (BR-230) e Cuiabá Santarém (BR-163), e a posterior ocupação de suas margens, numa faixa de 10 km, onde se previa o assentamento de 100 mil famílias no período de 1970 a 1974 (Departamento de Imprensa Nacional, 1972). Com a construção das rodovias, o governo pretendia abrir as portas da Amazônia à grande circulação de pessoas e mercadorias. A chegada de milhares de trabalhadores e trabalhadoras, por sua vez, significou os primeiros passos rumo a um regime de produção agroindustrial. Esses segmentos, além de abrirem a floresta para a entrada dos empreendimentos agropecuários, representaram uma grande oferta de mão de obra às empresas que viriam se instalar na região. Com o conjunto de obras direcionado à Amazônia, o governo civil-militar pretendia ocupar as fronteiras nacionais e estimular a produção agropecuária (Ministério do Planejamento, 1972). A Amazônia foi mais uma região do território nacional onde a ditadura pôs em prática o que entendia por segurança nacional e desenvolvimento –

¹ Decreto-Lei nº 67.557/70, de 12 de novembro de 1970. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-67557-12-novembro-1970-409139-publicacaooriginal-1-pe.html> (Acessado pela última vez em 20/08/2019).

metas primordiais do governo de Garrastazu Médici² (*Idem*, 1972).

A colonização, portanto, se daria em duas linhas mestras: o deslocamento de mão de obra para a Amazônia, sua ocupação, e o posterior estímulo à produção agropecuária, através do assentamento de empresas e agricultores pobres ao longo da Cuiabá-Santarém e da Transamazônica. No que toca aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, tanto o deslocamento como o processo de assentamento das famílias, foram realizados por um rigoroso controle governamental. Esse processo envolvia a seleção dos agricultores, o seu transporte rumo à Amazônia, a escolha e a demarcação das terras e, finalmente, sua posterior titulação. Essas eram as etapas do que foi oficialmente denominado de colonização dirigida – uma política de população guiada pela antiga fórmula de deslocar “homens sem terra para terras sem homens” (Garrastazu Médici, 1972).

Em janeiro de 2015 fiz uma série de entrevistas com homens e mulheres que chegaram à Amazônia nos anos 70 para “colonizar” a região³. Os relatos de memória, somados aos outros documentos que reuni durante pesquisa (como matérias de jornal, fotografias, carnês de pagamento da terra, carteiras de identificação do colono e diários de viagem) têm me permitido, ao longo de alguns anos de pesquisa, contar a história da colonização dirigida no Brasil da década de 1970. Através dos relatos orais aqui apresentados, pretendo realizar uma investigação que gira em torno da experiência de duas mulheres, mas que desemboca numa hipótese geral sobre um conjunto de acontecimentos de um dado período histórico (Ginzburg, 2006). Ou seja, a história singular de cada mulher ou família, a experiência do deslocamento, a chegada em uma terra desconhecida e a recriação da vida em novos locais de moradia e trabalho, expõem os pensamentos, crenças e esperanças das classes populares em torno da ditadura militar brasileira, bem como define o lugar dessas classes no olhar institucional do regime. Nesta narrativa, as múltiplas histórias dos protagonistas, seus fragmentos despercebidos, colocam uma série de indagações em torno de uma política governamental e seus objetivos. Contudo, a grande meta do artigo só será alcançada quando percebermos uma narrativa da colonização “na qual as personagens femininas tomam a palavra e definem as posições que ocupam/ocuparam no processo de ocupação e recriação da vida familiar e social” (Coutinho da Silva, 2008, p. 352).

Definir a ação governamental como colonização traz consigo uma série de implicações políticas. De que falamos quando utilizamos o conceito de colonização? Quais os processos políticos associados às práticas colonialistas? Essas são questões cuja complexidade tenho de enfrentar:

As palavras cultura, culto e colonização derivam do mesmo verbo latino *colo* (...). *Colo* significou, na língua de Roma, eu moro, eu ocupo a terra, e, por extensão, eu trabalho, eu cultivo o campo. (...) A Ação expressa neste *colo*, no chamando sistema

² O general Emílio Garrastazu Médici foi o presidente do Brasil entre 30 de outubro de 1969 e 15 de março de 1974. Responsável pelo terceiro mandato ditatorial, seu governo ficou marcado pela política que consagrou o chamado “milagre brasileiro”, anos de crescimento vertiginoso da economia nacional. De forma resumida, parte da estratégia de desenvolvimento prevista em seu governo visava incorporar novas áreas à economia total do país e, simultaneamente, melhor utilizar a mão-de-obra enquanto um importante recurso ao crescimento. Neste cenário, estabeleceu a Amazônia como região a ser agregada na reprodução do capital nacional e buscou nos esforços de migração os caminhos para fortalecer a exploração do trabalho.

³ As entrevistas encontram-se filmadas. A captação não somente do áudio, mas também das imagens, demonstra o comprometimento da pesquisa com a história oral, onde não somente as falas, mas também os gestos e reações dos entrevistados são fundamentais para a realização das análises. Todas as entrevistas foram devidamente autorizadas para uso acadêmico.

verbal do presente, denota sempre alguma coisa de incompleto e transitivo. É o movimento que passa, ou passava, de um agente para um objeto. Colo é a matriz de colônia enquanto espaço que está se ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar e sujeitar (Bosi, 1992, p. 11).

Ao começar pelas palavras, podemos melhor destrinchar os significados políticos da colonização. O termo colonização remete às ações de ocupar a terra e nela residir, trabalhar e nela cultivar. A colonização da Amazônia nos anos 70 foi uma política planejada e facilitada pelas instituições federais, mas suas práticas, quando investigadas à luz do conceito, recolocam os trabalhadores e trabalhadoras que por ela foram agenciados no cerne da questão. Ora, foram esses personagens que vieram em grande número para ocupar a região amazônica e em suas terras produzir.

Ao analisar os relatos dessas mulheres migrantes, pretendo passar das causas e consequências da colonização, seus objetivos e finalidades, para priorizar o que se passa *entre* os anos de execução desta política (Deleuze, 1992)⁴. Esta forma de análise privilegia o entendimento da colonização enquanto um processo incompleto e transitivo. A colonização, ação expressa do verbo colo, remete a algo *incompleto* e *transitivo* (Bosi, 1992). Incompleto, porque a colonização é um conceito atual e que nos remete a diferentes temporalidades. Transitivo, pois deixaremos de lado as generalizações para privilegiar o colonialismo em ação, as práticas e relações daquelas que vivenciaram a política de colonização no início da década de 1970.

Deste modo, não podemos naturalizar a escolha do termo colonização para definir o conjunto de obras destinados à Amazônia. Os estudos de Reinhart Koselleck e a metodologia por ele batizada de história dos conceitos autorizam as análises do termo colonização e facilitam o entendimento das experiências sociais decorrentes da ocupação da Amazônia na década de 1970 (Koselleck, 2012). Aprofundo essa discussão na tese a ser defendida em fevereiro de 2020 no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Neste artigo, cabe afirmar que a utilização da história dos conceitos permite entender a colonização como um termo fundamental da intervenção militar na região amazônica. Através da problematização deste conceito é possível entender alguns mecanismos que tornaram possível a execução das políticas, capazes não somente de serem postas em prática, mas de serem representadas por um conjunto de discursos e imagens insistentemente propagandeadas pela ditadura. Num esquema de continuidade histórica, o conceito de colonização tem balizado as sucessivas tentativas de ocupar e explorar a região amazônica, desde sua época de conquista nos séculos XVI e XVII, até às ações de reprodução do capital na segunda metade do século XX. De maneira geral, o conceito foi mobilizado para orientar as ações de transformação do espaço amazônico em experiências fulcrais de sua história econômica, como, por exemplo, durante os anos da economia da borracha e na Marcha para o Oeste, programa do governo Vargas durante os anos da Segunda Guerra Mundial.

Aqui, a estratégia narrativa pretende entender a colonização enquanto um ato de ocupar e produzir nas terras da Amazônia. São inúmeras personagens que se misturam entre políticos e funcionários das instituições de governo, produtores e empresas agropecuárias, mas, sobretudo, os milhares de trabalhadores e trabalhadoras que se deslocaram para a Amazônia no período em questão. Desta maneira, ao

⁴ Como afirma Deleuze “a questão não é estudar a origem ou a causa, nem a finalidade ou a consequência, mas o que se passa entre”.

investigar o “colonialismo em ação”, inevitavelmente desembocaremos na prática de uma história do cotidiano. Uma vez neste terreno, serão então privilegiadas as histórias de vida das mulheres que se lançaram ao desafio de migrar à Amazônia para constituírem suas famílias, mais precisamente, seus novos locais de moradia e trabalho. A proposta consiste em isolar a experiência feminina durante os primeiros anos da colonização para “descrever e analisar o processo de ocupação e organização social da Transamazônica a partir das mulheres; colocando em pauta as redes de sociabilidade, de solidariedade, de parentesco e de produção instituídas por elas e suas famílias no contexto da Transamazônica” (Coutinho da Silva, 2008, p. 23). E isto só será possível mediante o uso dos depoimentos orais a mim concedidos por Creuza Azevedo de Melo e Maria Eunice Alves. O percurso traçado para escrita do artigo, portanto, reforça a importância de construirmos uma escrita histórica que articule o papel desempenhado pelas mulheres na constituição de novas territorialidades. Estas foram sujeitos históricos fundamentais no processo de ocupação dos sertões brasileiros e agentes determinantes na conformação das práticas culturais distanciadas dos grandes centros. Em um ambiente em que geralmente somente as vozes e ações masculinas são reconhecidas e valorizadas, as memórias femininas no meio rural brasileiro devem não somente serem reveladas, mas devidamente problematizadas e analisadas. Somente desta maneira poderemos escrever uma história comprometida com as questões de gênero e atualizada com os processos de luta e protagonismo político na sociedade contemporânea.

Memória e história das mulheres migrantes

Antes de tudo, devemos perceber a colonização da Transamazônica como um grande acontecimento no Brasil da década de 1970. A cobertura sistemática das obras do PIN, por parte da mídia, é um dos principais argumentos que possibilitam a definição dessas obras como acontecimentos históricos. A perspectiva do acontecimento renasce então com toda força na historiografia recente (Dosse, 2013). E para que o acontecimento possa existir, ele tem de ser conhecido. Nesse sentido, “as mídias são de maneira crescente os vetores dessa tomada de consciência” (Dosse, 2013). E a medida que ser é ser percebido, cada vez mais “é através delas [as mídias] que o acontecimento existe” (DOSSE, 2013). Ainda segundo a mesma referência, “o acontecimento, para existir, tem que ser inserido em uma cadeia de comunicação: emissão/difusão e recepção” (Dosse, 2013). No caso da colonização, por ser uma política pública, o lugar do emissor é ocupado pelo Estado e suas autarquias; por sua vez, a difusão coube à propaganda e aos pronunciamentos veiculados nos veículos midiáticos da época; a recepção, por último, cabia especialmente aos trabalhadores e trabalhadoras ao redor do Brasil, mas também aos empresários capazes de investir no projeto. A comunicação é parte fundamental dessa aproximação entre Estado e sociedade. Os grandes projetos do governo de Garrastazu Médici só puderam ser realizados quando entendidos e apropriados pela população governada.

Uma conclusão desprendida de minha trajetória de pesquisa na Amazônia foi justamente perceber a colonização como um acontecimento da ditadura. Essa perspectiva encontra respaldo historiográfico, por exemplo, nas contribuições e nas análises da historiadora Regina Guimarães Neto. Ao escrever sobre as políticas governamentais, afirma a historiadora que:

Sem postular qualquer ordem de importância, proponho discutir o significado político

de um amplo programa de colonização, com base nas políticas governamentais, como importante dispositivo de poder que nos permite compreendê-lo como um novo acontecimento em sua singularidade histórica a fim de controlar os conflitos sociais no campo e reorientar o “povoamento dos espaços vazios” (Guimarães Neto, 2014, p. 38).

O efeito da colonização que corresponde ao controle dos “conflitos sociais no campo” está atrelado à segurança nacional e a um modelo de desenvolvimento capitalista, objetivo que perpassa a execução de todas as políticas do governo Médici e que de uma maneira ou de outra orientou a modernização conservadora empreendida pelos sucessivos generais-presidentes ao longo dos anos da ditadura. O povoamento dos “espaços vazios” corresponde à ocupação da Amazônia. Essa é a maneira com que as políticas de intervenção federal na região historicamente entendem o território amazônico (Almeida, 2003), “invisibilizando” o conjunto das populações tradicionais que historicamente ocupam a área e legitimando a entrada de investimentos estrangeiros nestas localidades.

A propaganda do governo federal e a repercussão mundial das obras do PIN garantiram que a notícia da colonização se espalhasse pelo país. Uma vez conhecido o programa, as pessoas que tinham interesse em serem direcionadas à Amazônia apresentavam-se nas secretarias regionais do recém-criado Instituto de Colonização e Reforma Agrária, o INCRA. A essa altura fazia-se o cadastramento e acertavam-se alguns pré-requisitos da viagem.

Sobre a viagem à Amazônia, bem como sobre o processo de seleção e cadastramento dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, utilizo o depoimento de uma colona: Creuza Azevedo de Melo. Dona Creuza chegou à Amazônia em finais de 1971 e assim relata a maneira com que deixou o lugar onde vivia:

Meu marido veio em agosto, saiu de Garanhuns em agosto. Aí saiu com os conterrâneos, né? (...) Aí dava o nome de todos os filhos, da mulher, e onde morava. Aí eles vinha, marcava o tempo de ir buscar, né? Aí vieram buscar lá em Garanhuns num ônibus novo, com a faixa, o ônibus preto e a faixa branca, dizendo: Transamazônica, né? Só dizia assim: Transamazônica. Só pra levar esses colonos, né? Que era colonização. Aí trouxeram eles pra Recife. Chegaram em Recife, ficaram, vieram de avião até Belém, os homens, primeiro. Aí de Belém eles vieram de barco pra Vitória do Xingu, né? Aí quando em Vitória do Xingu, eles foram apanhar o carro daqui, que ia apanhar os colono. (...) Aí ficava só homem, não tinha mulher, não vinha mulher, só homem, e a família ficava⁵.

Segundo nos conta Dona Creuza, a história do seu deslocamento começa com a iniciativa de seu marido. Foi assim que ela iniciou o depoimento, fato que não pode passar despercebido no momento em que tentamos realizar uma discussão de gênero. Através de uma narrativa que prioriza o protagonismo do esposo, Dona Creuza nos permite a conclusão de sua subalternidade, enquanto mãe, nos processos de tomada de decisão da família patriarcal a qual faz parte. Naquele momento, suas escolhas não eram relevantes. A história da migração só faz sentido quando recuperada as ações de seu marido, mesmo que a ela tenha sido dada a oportunidade de falar a respeito. Não foi raro o momento, em que, durante a entrevista, seus filhos a interrompessem para recuperar a memória do pai, este já falecido. É importante considerar, que é difícil medir se houve ou não uma participação efetiva da mulher, Dona Creuza, na escolha pela ida à Amazônia. Mas seu relato infere que se ela ocorreu, foi mínima. Contudo, o que quero

⁵ Creuza Azevedo de Melo. Entrevista realizada em Medicilândia-PA, janeiro de 2015.

pôr em relevância é que, ao rememorar o a história do deslocamento, sua narrativa só pôde ser organizada através do protagonismo do marido. O pai de família, mesmo falecido, constantemente se fazia presente, seja pelas palavras da entrevistada ou pela interrupção de seus filhos. Essa articulação que resume a história da família ao passado do pai somente foi perceptível pela formalização da entrevista – o que nos permite entrever a condição de dependência da mulher camponesa no seio da família patriarcal. Para não cairmos nos riscos da generalização, se a falta de autonomia da mulher não pode ser automaticamente tomada como regra em configurações familiares similares, pode ao menos ser indicada no caso específico de nossa primeira depoente.

De qualquer forma, e isso parece inconteste, foi o marido o responsável por cadastrar a família no programa de colonização. De acordo com outros depoimentos, também colhidos em janeiro de 2015, constituir família era uma das exigências colocadas pelo INCRA para adquirir terra na Amazônia. No entanto, isso não significava que a família seria levada por completo, ou seja, que todos os membros seriam levados de uma só vez à Amazônia. No caso da família em questão, o pai veio na frente. Uma vez que as famílias eram selecionadas e cadastradas, iniciava-se o processo de deslocamento. O marido de Dona Creuza, o Sr. João Gonçalves de Melo, já falecido, deixou Garanhuns em agosto de 1971. Era o início da colonização. A Transamazônica, ainda em processo de abertura, foi construída paralelamente à ocupação de suas margens, questão atestada não só pelos documentos oficiais, mas também passível de ser observada nos relatos das migrantes. O momento em que João Gonçalves chegava à Amazônia corresponde ao início da colonização. Nos primeiros anos do assentamento, os locais das obras e as regiões onde seriam instalados os colonos ainda não reuniam as condições necessárias ao recebimento, por completo, de suas famílias – se é que um dia realmente as teve. O trajeto do Sr. João incluiu ônibus, avião e barco, todos garantidos pelo INCRA e sem nenhum custo adicional ao colono. Meses depois, Dona Creuza e seus filhos também foram encaminhados:

Aí depois é que eles foram fazer o levantamento, aí eles faziam o pedido, né? Eles comunicava, aqui no Pará, quando em quando, dizendo que tava no tempo de os homens trazer a família, porque já tava abrindo [a floresta] né? (...) Aí foi lá uma moça e um rapaz, do INCRA, aí perguntando: “a senhora é que é a esposa de João Gonçalves Melo?” “Sim”. E eu sabia que era o carro do INCRA, né? Uma faixa branca e preta, um carro preto com faixa branca. Eu já tava esperando, mais ou menos, porque não podia se comunicar, não tinha carta, não ia carta, não ia nada, não tinha comunicação, só eles que tem o carro. Aí, cheguei... aí primeiro ele disse: “olha, o seu filho mais velho é Paulo?” Aí deu o nome. “É”. O outro é o segundo, Romualdo. “Sim”. Aí a menina, “Clerivalda?” “Sim”. E aí tava o nome de todos. Aí eu: “tá certo, é tudo”. “Senhora, o seu marido já fez o pedido e quer que a senhora vá pra lá onde ele está”. Aí eu digo: “tá, eu vou”. Porque eu ia fazer o quê sem marido lá? Sem nada, sem recurso. Aí marcaram... o carro no outro dia foi embora. Aí marcaram o tempo. Não podia, não tinha telefone, não tinha nada, aí eles marcaram o tempo. Aí quando foi naquele tempo que nós marcou, nós tava esperando, aí chegou o ônibus na porta e foi apanhando a gente. Já vinha lá de tanto lugar, que era, que era.... mata né? Das mata assim. Aí já vinha com um bocado de gente, de mulher, só mulher, só mulher e filha. Aí a gente em cima veio pra Recife. Quando chegou em Recife, fomos para o terminal, fomos para um hotel (...) esperando, até que chegou, quando chegou, eles apanharam a gente, levaram pro aeroporto, embarcaram a gente no avião, tocou pra Belém. Quando chegou em Belém, aí a gente desceu do avião, eles levaram a gente tudo dentro dos carro deles, né? Levaram a gente pro terminal rodoviário... um hotel bem alto, bem grande. Nós ficamos naquele hotel, ficamos lá, sem sair, não podia sair. Dormimos, comemos, tudo por conta do INCRA, né? Depois marcaram, vinha outro avião (...)

os aviões, o presidente que mandava. Aí passamos uma semana, aí o avião chegou, nós toquemos pra aqui pro Pará, quando chegamos em Belém, foi, em Belém, quando chegamos em Belém (...) pegamos e viemos pra Altamira⁶.

A impossibilidade de comunicação com o marido fez do INCRA o único meio que pudesse articular o encontro, na Amazônia, entre Dona Creuza e Seu João. A instituição cumpriu o acordado e dois meses depois procurou sua Dona Creuza e seus filhos. O acompanhamento era pessoal e os funcionários do INCRA iam até às residências dos futuros colonos. Como Dona Creuza afirma no depoimento, “uma moça e um rapaz do INCRA” certificaram a ida da esposa que até então havia ficado para trás. Sem poder fazer muitas escolhas, como ela mesmo afirma, o deslocamento e a nova vida na Amazônia pareciam ser sua única opção. Mais uma vez salta aos olhos a condição de dependência da esposa. Não quero com isso reforçar os discursos de uma possível subalternidade feminina, aceita de maneira inquestionável por Dona Creuza, mas denunciar a naturalidade com que ela concebe sua falta de autonomia em seus discursos. Quando tratamos da década de 1970 e de famílias ligadas ao contexto rural essa parece ser a condição relegada ao feminino. O que não corresponde, como veremos em outro depoimento, é a dependência em relação à realidade do trabalho durante os anos da colonização, onde as mulheres têm atuação fundamental na sociedade local – seja através das múltiplas atividades desempenhadas ou pela recriação da vida familiar e do ambiente comunitário. Mas, no caso de Dona Creuza, cabe a crítica a pretensa naturalidade com que ela concebe sua dependência em relação às decisões do marido. Ou seja, diante da partida Sr. João Gonçalves, o que faria Dona Creuza se ficasse no Nordeste? Para ela, como mesmo disse, parecia não haver muitas escolhas a não ser seguir os passos do conjugue.

Mas o fato é que Dona Creuza não foi um caso isolado e, naquele momento, deixar o Nordeste foi a única opção para uma série de trabalhadores e trabalhadoras flageladas pela indústria da seca. Marcado o dia da viagem, o ônibus do INCRA chegou para buscar Dona Creuza e seus três filhos. Diferente do marido, ela não pegou barco. Seu deslocamento foi feito primeiramente de ônibus, saindo do interior até à capital de seu estado de origem, no caso, Recife. Posteriormente, as mulheres e crianças foram de avião até Belém e depois até Altamira, local onde em breve seriam assentados, às margens da Transamazônica. Poucos meses após a chegada de seu marido, aviões fretados pelo governo federal já sombreavam o chão da Amazônia anunciando a chegada das famílias dos colonos. E, segundo Dona Creuza, os aviões eram mandados pelo próprio presidente – “os aviões, o presidente que mandava⁷”. No depoimento, a personificação das ações de governo na figura do presidente Médici abre espaço para pensarmos a estratégia da ditadura em construir a popularidade do general no início de seu governo e, por seguinte, o relativo sucesso da empreitada.

Contudo, nem sempre as famílias chegavam à Amazônia divididas. Outros relatos indicam que muitos pais, mães e crianças também chegaram juntos e de uma só vez na região. Da mesma forma que a divisão das famílias não corresponde à única versão do deslocamento, o trajeto e os transportes nem sempre foram os mesmos. A maneira com que foram levados à Amazônia variava de acordo com o momento da colonização, grupo de origem, condição das estradas, etc.

Em meados de 1971, a colonização já era um acontecimento. Os ônibus

⁶ Creuza Azevedo de Melo. Entrevista realizada em Medicilândia-PA, janeiro de 2015.

⁷ Creuza Azevedo de Melo. Entrevista realizada em Medicilândia-PA, janeiro de 2015.

cortavam o interior do Nordeste em busca dos colonos da Transamazônica. Na propaganda, nos discursos, o resgate dos flagelados da seca e a missão de adentrar a Amazônia revestia o empreendimento do governo federal de ousadia e coragem. O PIN era apresentado como um exemplo de comprometimento da ditadura com a população pobre e trabalhadora. O governo federal disponibilizou aviões fretados às pessoas que tinham o costume de viajar em caminhão pau de arara. Nas capitais, as famílias aguardavam em hotéis o dia da decolagem. A hospedagem a que se refere Dona Creuza também foi bancada pelo INCRA. Além disso, pelo menos até chegar na Amazônia, todos os gastos com alimentação foram arcados com dinheiro das instituições federais. É difícil acreditar que um projeto de tantos esforços e repercussão não tenha impactado a sociedade brasileira da época. Em pleno governo da ditadura, criava-se o efeito de que as obras do PIN abriam espaço, no seio das políticas públicas, para a população pobre e rural.

O relato de Dona Creuza, portanto, nos perime o contato com a história do deslocamento. E esta história começa justamente nos locais de onde saem esses migrantes. Compreende, desta maneira, o processo de seleção das famílias no interior do Nordeste e sua posterior viagem para a Amazônia. Detalhar o que aconteceu ao longo da seleção das famílias migrantes, assim como durante os caminhos que levaram essas mulheres à Amazônia só é possível com o uso dos depoimentos orais. Os documentos oficiais não dão espaço para conclusões desse tipo. A espera da viagem, a divisão da família, os meios de transporte utilizados, etc., são fatos que só podem ser atestados pela memória dos migrantes. Mas da mesma forma que o documento oficial não carrega consigo uma verdade manifesta dos acontecimentos, necessitando que o historiador faça as perguntas necessárias à reconstrução do passado histórico, o depoimento oral não deve ser somente transcrito como reduto último da verdade histórica. Seu valor reside na capacidade que tem em articular fatos e representações. E é através desta capacidade que pretendo recuperar o seu valor para o entendimento não só da colonização, mas também como base de investigação da vida e do trabalho das mulheres do campo. Utilizar a história oral é escolher por um caminho de pesquisa que transita entre fatos e representações. No entanto,

representações e “fatos” não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem (Portelli, 1996, p. 111).

Que a colonização é um acontecimento do início da década de 1970, isto já foi provado. Contudo, para melhor compreendê-lo enquanto um fato histórico, entendo que se faz necessário investiga-lo a luz das pessoas que por ele foram mobilizadas. Nesse sentido é que ao recuperar a fala das mulheres migrantes podemos perceber a maneira com que a colonização é relatada e por elas reconhecida e organizada. Para termos uma visão ampla dos fatos que compreendem o deslocamento, vejamos como o descreve nossa outra depoente, a senhora Maria Eunice Alves.

Mulher negra, Dona Eunice partiu para Amazônia advinda do interior do Rio Grande do Norte. Durante nossa conversa, sempre emocionada ao falar, foram frequentes as pausas por conta do choro, o que não comprometeu a narrativa, pois sobressaia sua vontade de contar sua história. Diferente de Dona Creuza, a Maria Eunice não veio casada, tinha apenas 19 anos e constituiu sua família logo que chegou

na Amazônia, ao se casar com outro trabalhador migrante. Também diferente de Dona Creuza, a então jovem Maria Eunice veio com toda a família, oito irmãos, um padrasto e sua mãe. Segundo ela, “minha família, meus irmãos, o maiorzinho que vinha, que veio de lá pra cá, tava com 11 anos. E eu tava com 19 anos, tinha uma irmã minha que tava com 14 anos. Era as duas maior, era eu e ela, os outros era de 11 anos pra baixo. Mamãe tem 09 filhos”.⁸ Diz ela que a família tinha “um pedaço de terra do tamanho de um lote desse” – se referindo ao que hoje ocupa nas margens da rodovia. O seu padrasto, querendo expandir sua pequena propriedade, resolveu tentar a vida na Amazônia embalado pela propaganda da fartura naquelas novas localidades. Rememorando as falas do padrasto, afirma Dona Eunice que ele se voltou a sua mãe da seguinte maneira: “Se você não for eu vou só”. “E nós tivemos de vir”. Mais uma vez aparece o autoritarismo patriarcal que marca o momento da decisão em migrar. Diante da possibilidade do desquite e da viagem iminente do marido, à mulher não restava outra opção: tinha de ir e, com ela, levou os seus nove filhos, entres eles, Dona Eunice. Essa é história de mais uma família que chegava à Amazônia em março de 1971. Sobre a viagem, diz ela que “foi muita sofrida, por que ninguém tinha viajado, ninguém tava preparado. Nós sofremos muito na viagem”. O sofrimento que caracteriza o deslocamento contradiz a pompa e a euforia com que era apresentado o programa de colonização à nação. Mesmo utilizando de meios de transporte sofisticados, como o avião, parece que a imagem de precariedade do pau de arara é sempre atualizada quando tratamos da violência que significa o abandono dos locais de pertencimento dos trabalhadores e trabalhadoras provenientes do Nordeste – mão de obra historicamente explorada nos quatro cantos do país.

Os relatos orais são, portanto, fontes que permitem esclarecer as trajetórias individuais dos colonos, mas não no sentido único de postular uma história que privilegie “os que vêm de baixo”. Com o uso dos depoimentos é possível adentrarmos numa política de colonização que não seja resumida pelos modelos mecanicistas das causas e consequências de sua implementação. Ou seja, é possível construir uma narrativa que remonte o cotidiano da colonização, seus acontecimentos paralelos, as relações entre os colonos, suas famílias e seu trabalho.

Como no meio rural é ainda mais difícil dissociarmos o trabalho da função familiar desempenhada pela mulher, entendo ser necessário que iniciemos a história de Dona Eunice na Amazônia a partir de seu casamento. Como dito, a família da depoente chegou na Amazônia em 1971, mais precisamente, em 15 de março de 1971, como indicado por ela na entrevista. Seu então futuro marido, já se encontrava na região, pois havia chegado, como também por ela indicado, em novembro de 1970. “E nós se encontremo aqui, e aqui nós casemo com 1 ano e seis meses. Constituímos família e fomos trabalhar, junto”. Neste trecho, alerta que o trabalho aparece como consequência da constituição familiar. Sempre associados, no meio rural a família é a própria forma de organização do trabalho. Veremos em detalhes adiante. Antes, sobre o marido, diz ela que era cearense e que chegou às margens da recém-criada Transamazônica, vindo de Manaus. Como a migração proveniente do Nordeste em direção à Amazônia remonta os quadros da economia da borracha desde a segunda metade do século XIX e, em especial, durante a Segunda Guerra Mundial, na metade do século XX, era comum que trabalhadores advindos do sertão nordestino rodassem nas regiões de floresta em busca de trabalho. A mão de obra volante é uma marca dos braços nordestinos, quadro

⁸ Maria Eunice Alves. Entrevista realizada em Medicilândia-PA, janeiro de 2015.

que permanece e sem amplia com a chegada de mais trabalhadores na Amazônia após a política de colonização da década de 1970. Nas palavras de Dona Eunice, seu marido era “peão rodado” que “andou muito no mundo”, “gente do oco do mundo”. Sua família resiste ao casamento, que acaba acontecendo sem o conhecimento de sua mãe. Segundo Dona Eunice, a desaprovação da família residia justamente no perfil de trabalhador migrante de seu esposo, “gente do mundo”. “Aí eu disse: eu vou casar com ele. Ah, você não vai casar porque esse homem não presta [dizia a mãe]. Não, ele não presta pra você, mas presta pra mim e é o que interessa. Aí ele disse: tu tem coragem de sofrer mais eu? Digo, tenho. (...) Passemos 41 anos juntos e sete meses”. Dona Eunice lembra do marido com orgulho e emoção: “Mas graças a deus, eu tive muita sorte de casar com ele”. Seu casamento é a própria história de sua nova vida na Amazônia. Nesse momento, me chamou a atenção o fato da mulher lembrar o pedido de casamento do marido como uma proposta para enfrentar o sofrimento: “tu tem coragem de sofrer mais eu?”. Sua vida então se confunde com o próprio sofrimento e marca a constituição de uma família pobre, migrante e trabalhadora. Ambos se deslocaram para a Amazônia em busca de melhores condições na região, e para constituírem sua família, seu trabalho e sua vida, parecia não haver outro caminho senão o de enfrentar o sofrimento. Sem pestanejar, o fizeram juntos, ao longo dos 41 anos de seu casamento.

A história é bonita, mas não podemos nos perder no romantismo que envolve o casamento. Uma vez juntos, era hora de partir para o trabalho e, nesse quesito, podemos observar uma série de marcas em torno do papel de gênero exercido por Dona Eunice em suas atividades. Para narrar o trabalho que desempenhava, Dona Eunice inevitavelmente nos conta sobre o seu cotidiano entre a casa e a roça. Por isso, não podemos perder de vista que as “relações entre história e cotidiano percebem-se também nas práticas femininas da vida privada diária” (Del Priore, 1997, p. 388). Vejamos então como a mulher descreve o seu dia-a-dia durante os anos da colonização:

Ele trabalhava, eu ficava em casa cuidando do almoço. Quando eu acabava de cuidar do almoço, botava a bacia da cabeça e não media distância. Ia deixar o almoço na roça, as vezes almoço pra dez homens. Quando eu chegava na roça, que tirava aquela bacia, isso aqui meu parecia que tava todo aberto [apontando para o peito]. E tinha noite que eu não dormia, doendo. Mas aí eu trabalhava a tarde todinha, 17h chegava [da roça], cuidava das crianças, fazia janta, dava janta a todo mundo, todo mundo saía e eu ia cuidar (...) às vezes dava doze horas da noite e eu cuidando da cozinha. Aí quando foi no outro dia, pra tarefa começar cedo. Depois começou a parecer um gadinho, nós fazia um queijo, vendia leite. Aí ele passou a levantar 03 horas da madrugada, ele levantava pra ir pro curral e eu levantava pra fazer café. Fazia o café, ele saía. O leite foi aumentando, ele vendia um bocado, outro bocado eu fazia requeijão. E assim meu filho essa luta foi direto⁹.

O trabalho de Dona Eunice, portanto, acumula as funções domésticas e de produção. É múltiplo e ainda não citamos o cuidado com as crianças, os filhos, com os quais também era a responsável direta. De manhã o almoço, a tarde a roça, a noite a janta: “a luta foi direto” – como ela mesma diz. A divisão do trabalho familiar em torno do gênero, obriga a mulher a acumular as funções domésticas, além de eventualmente trabalhar na roça junto ao marido. Mas ao que podemos atribuir a determinação do gênero sobre a organização do trabalho, ou, ainda, por que diferentes funções são atribuídas ao homem e a mulher no espectro familiar? Onde podemos enxergar a forma

⁹ Maria Eunice Alves. Entrevista realizada em Medicilândia-PA, janeiro de 2015.

naturalizada com que esses sujeitos entendem suas responsabilidades entre a família e o trabalho? Para Mary del Priore, a resposta encontra-se na própria organização do capital. Segundo ela:

A emergência do capitalismo instaura um novo processo de divisão de trabalho em múltiplos níveis; mas a fundamental e a divisão entre homens e mulheres, vinculando os primeiros a esfera de produção, da vida pública e os constituindo em “chefes de família”, e fixando as mulheres a esfera doméstica enquanto mães de família (Del Priore, 1997, p. 388).

Se o marido é o chefe, a posição subalterna cabe à mulher. Esta acumula uma série de funções, entre elas uma que é só sua: a esfera doméstica e o cuidado com a família. Enquanto mães, são responsáveis pela alimentação e pelo lar. Restritas ao âmbito privado, seu cotidiano é apenas familiar, o público e o social geralmente cabem ao homem. São diferentes lugares ocupados, separados por esferas distintas de trabalho, todos determinados pela condição de gênero diferenciada a que se atribui ao marido e à mulher. Essas relações sociais que se configuram no âmbito familiar “explicitam-se cotidianamente”, neste sentido, “a vida privada (...) se define como um lugar derivado de historicidade, mas, sobretudo, espaço produtor de história” (Del Priore, 1997, p. 389). Somente isolando a esfera do cotidiano e indagando a entrevistada em torno de suas atividades diárias foi possível o entendimento confesso do papel de gênero por ela desempenhado na família e no trabalho. A singularidade das descrições individuais presente nos relatos de memória reside justamente na capacidade de recuperarmos esse ambiente familiar, que é cotidiano, e que acusa as relações sociais advindas da divisão sexual do trabalho entre homem e mulher. A história oral aqui praticada é ainda mais relevante quando percebemos que as práticas e representações dos colonos não podem ser automaticamente deduzidas dos documentos oficiais. Os depoimentos orais permitem recolocar os indivíduos no centro da pesquisa histórica, sem esmagar o seu protagonismo pelas descrições homogeneizadoras dos documentos de Estado.

As características do trabalho feminino no âmbito rural da colonização não param por aí. Dona Eunice teve sete filhos, e seus cuidados exclusivos para com a prole reforçam a figura materna e os comportamentos e tarefas a ela associados. Nesse esquema, existe sempre uma pressão para aprisionar as mulheres no âmbito familiar:

Nós chegamos ponto aqui que nós comia só o feijão e o arroz. E tinha dia que eu botava só o feijão e não botava o arroz porque não tinha. (...) E durante esse tempo, meu filho, nós tava na peia. E tinha hora que eu ficava aperreada, tinha 07 filhos. E a gente quer passar necessidade, mas não quer que os filhos passem né? E ele também ficava aperreado, enfiava a cara na bebida, e eu brigava porque não gostava dele bêbado¹⁰.

Primeiro, a responsabilidade de “botar” a comida é dela. Cabe a Dona Eunice o papel doméstico de preparar o alimento, o que demarca a sua função familiar e suas atividades cotidianas. Outro ponto é a questão do alcoolismo, por ela relatada pela prática do marido em “enfiar a cara na bebida”. Sabemos do risco que o alcoolismo dos maridos representa a suas respectivas esposas, sendo uma das grandes formas entre as quais se apresenta a violência machista e doméstica. Não podemos comprovar a violência neste caso, pelo menos não a partir da fala da depoente. No entanto, as

¹⁰ Maria Eunice Alves. Entrevista realizada em Medicilândia-PA, janeiro de 2015.

desaprovação e incômodo com a atitude do marido já nos faz ter ideia dos riscos que a combinação machismo-alcoolismo representa às mulheres, tanto no campo como na cidade. Por último, a preocupação com os filhos remete à fixação das mulheres na esfera doméstica e o papel desgastante de suas funções enquanto mães de família. Mais uma vez, de acordo com Mary Del Priore, “essa pressão exercida sobre as populações femininas” levou a “transformação de uma função biológica em uma função social” (Del Priore, 1997, p. 389). A alquimia entre o biológico e o social confere o caráter naturalizado dos papéis de gênero atribuídos na família e no trabalho. É então o processo de naturalização que faz o papel materno ser facilmente aceito por essas mulheres e pela sociedade capitalista e machista na qual se inserem. Nesse conjunto do social, é comum os “homens aparecerem inseridos nas relações de produção e as mulheres nas de reprodução, que são diretamente dedutíveis das primeiras” (Del Priore, 1997, p. 389).

A vida privada exposta na narrativa cotidiana de Dona Eunice é carregada de historicidade. Quando chamados seu depoimento à crítica, tanto o cotidiano como a vida privada compõem um teatro no qual podemos observar, em detalhes, os papéis desempenhados pelas posições de gênero e pela divisão sexual do trabalho familiar. Portanto, “vê-se, assim, como os problemas colocados pelo cotidiano não são ‘menores’ e que a história não é produto exclusivo dos grandes acontecimentos” (Del Priore, 1997, p. 386).

Outra questão que a prática com as entrevistas me ensinou e da qual não devemos aqui nos esquivar é o fato do relato oral ser um articulador de discursos (Guimarães Neto, 2012). Os depoimentos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que permaneceram na região desde o início da colonização encontram-se inseridos na rede discursiva da ditadura e nos esquemas interpretativos da Amazônia. De maneira geral, podemos apontar a existência de uma síntese entre aquilo que era postulado pelos discursos governamentais e aquilo que me foi apresentado pelos migrantes. Aqui, esta síntese será demonstrada em dois pontos: uma interpretação benevolente e positiva, por parte das migrantes, em relação à atuação dos funcionários do INCRA; e a valorização e reconhecimento de um perfil de colono no qual o trabalho exaustivo e o sofrimento são elementos fulcrais de suas identidades nos primeiros anos da colonização. Primeiro, no depoimento de Dona Creuza, vimos a necessidade que teve a entrevistada em comentar a atuação dos agentes do INCRA no processo de deslocamento. O Instituto de Colonização e Reforma Agrária foi a autarquia federal responsável pela colonização. A fundação do INCRA é de julho de 1970 e este órgão foi praticamente criado para acumular as funções de ocupação da Amazônia no período. Na fala de Dona Eunice, por sua vez, também foi possível identificarmos a gratidão com que se refere aos funcionários do órgão, representantes do governo da ditadura na execução do programa que a transferiu à região para posterior aquisição de terras às margens da rodovia. Segundo ela, quando se refere ao governo, diz que “Todo mundo trabalhou muito por esse povo que veio. (...) eles chegavam na casa da gente, almoçavam, comia feijão com a gente. Não tinha negócio de orgulho”. A simplicidade dos funcionários e a atenção para com os migrantes é por ela definida como um ponto fundamental da aproximação entre governo e população. O espírito de comunidade entre aqueles que se envolveram com a política de colonização parece ter sido um elemento muito forte para consolidar uma noção positiva do processo de ocupação. Não foi raro o depoimento em que aparecia a criação de festividades cívicas para que os migrantes comungassem de um espírito nacional, questão comum ao perfil militar do

governo e de bastante serventia numa localidade em que se encontravam trabalhadores e trabalhadoras advindas não só do Nordeste, mas das demais regiões do país, em especial a região Sul, que contou com grandes comunidades às margens da Transamazônica. Mesmo ao direcionar perguntas que permitissem a Dona Eunice fazer uma avaliação crítica do Estado ditatorial e sua política de colonização, suas respostas não vacilavam: “Eles deram assistência a gente, do jeito que podia, mas deram. Não podia dar mais porque a cidade que nós tava não tinha recurso nenhum também. Porque Altamira veio crescer depois que a gente chegou aqui. Não tenho o que falar do povo do INCRA não”. Dessa forma, diante do seu depoimento, mesmo que possamos identificar que a assistência governamental não tenha sido como se esperava, segundo Dona Eunice, ela foi garantida “do jeito que podia”. Em síntese, ela não tem “o que falar do povo do INCRA”, e, portanto, manteve uma crítica bastante comedida ao governo. Em geral, apresentou em seu depoimento uma ideia positiva da política de colonização.

Sobre essa benevolência com o governo da ditadura é preciso deixar claro que Dona Eunice e sua família constitui uma minoria entre os trabalhadores agenciados pela política. Ou seja, a maioria dos trabalhadores e trabalhadoras deixou as terras para as quais foram direcionados por não se adaptarem à região, mas sobretudo por não terem a assistência necessária à sua permanência. Entre aqueles que residem na Amazônia até hoje, ou seja, os grupos com os quais fiz as entrevistas, a ideia geral é de uma avaliação positiva dos anos em que chegaram naquelas terras.

Como indiquei acima, outro ponto importante dessa síntese discursiva entre governo e migrantes é a ideia compartilhada de que a presença na região passaria necessariamente pelo sofrimento e pelo trabalho árduo, características do cotidiano da população pobre e migrante que seriam reforçadas em suas novas vidas na Amazônia. Do lado dos agentes do governo, era constante a reiteração da tese de que “só ficou quem foi corajoso e teve vontade de trabalhar” (Coutinho da Silva, 2008, p. 353), repetida constantemente não só pelos representantes das instituições, mas também “pelas próprias famílias que se estabeleceram na região” (Coutinho da Silva, 2008, p. 353). Quando enunciadas pelo governo, podemos entrever que o discurso faz parte das justificativas criadas para legitimar uma política de pouca assistência aos homens e mulheres migrantes. O sofrimento foi grande para que pudessem hoje permanecer na região e Dona Eunice também não o esconde em suas palavras: “Entramos aqui (...) com a coragem e a cara. Sem ajuda de banco sem ajuda de ninguém. Só a ajuda de Deus. Meu filho, nós trabalhamos muito, sabe como é muito?”. A esta altura, a posição da entrevistada parece ser contraditória. Uma vez ela diz que o INCRA ajudou como pôde, na outra valoriza o esforço familiar único na construção de sua nova vida. Apesar de parecerem excludentes, os dois discursos caminham na direção da síntese entre o que era dito pelo governo e que era concebido pelos migrantes. Ou seja, comungam de uma avaliação positiva dos esforços governamentais assim como reproduzem a ideia das instituições de que só obteria sucesso na colonização quem trabalhasse mediante exaustão e sofrimento. Dona Eunice complementa e apresenta essa reflexão de forma acabada, quando comenta: “muita gente que teve paciência com aquele sofrimento, hoje você chega na casa dele e é tudo fazendeiro, mas não queira saber pra trás o que eles passaram”.

Dessa forma, ela não concebe a estabilidade do presente sem desvinculá-la da necessidade de um sofrimento primeiro e passado. A ideia de que não há conquista sem pena acaba por criar uma áurea positiva em torno de uma política que na verdade falhou em dar a acessibilidade necessária a maioria dos homens e mulheres que chegavam

na Amazônia sob a tutela do INCRA. Quando seus funcionários reproduzem que é preciso ter coragem e vontade de trabalhar eles justificam o abandono, por parte do governo, dos trabalhadores e trabalhadoras pobres que chegavam aos montes numa terra desconhecida, sem a estrutura necessária à sua permanência, bem como sem outras opções de sobrevivência. Com isso, o que está em jogo nessa relação entre governo e população é a manutenção e atualização de uma determinada discursividade. Tomada e enunciada pelos dois segmentos responsáveis pela nova comunidade amazônica, migrantes e funcionários, essa discursividade remete a uma imagem do trabalhador pobre e sofrido e contribui diretamente à manutenção dos esquemas de sua exploração. O efeito é a impossibilidade de se pensar uma vida em que não nascessem para disputar a própria sobrevivência. Diante dessas imagens e discursos, esses trabalhadores e trabalhadoras seguem sem conseguir o espaço devido entre as políticas públicas, de maneira que estas possam garantir e estimular um regime de propriedade e produção compatível com o trabalho familiar e, portanto, capaz de atenuar o sofrimento diário dos segmentos pobres e migrantes. Esse é mais um dispositivo da tendência governamental à manutenção dos latifúndios. À grande propriedade as regalias e privilégios para manutenção de sua estrutura e produtividade; ao pequeno produtor, a necessidade de trabalho árduo e sofrimento para conseguir uma possível estabilidade. No que toca à história da Amazônia, mesmo com a política de colonização dirigida, que no início da década de 1970 assentou alguns trabalhadores pobres, a intenção governamental da ditadura na região seguiu o modelo da grande propriedade. Não é à toa que os esforços pelo assentamento são imediatamente abandonados a partir de 1974 com a chegada de Ernesto Geisel à presidência. Àquela altura, os pequenos produtores já haviam feito o trabalho de abrir a floresta e oferecer uma infraestrutura mínima, além de já figurar na região como a mão de obra necessária ao estabelecimento das empresas agropecuárias. Veremos isso ao fim do artigo, utilizando de um trecho do depoimento de Dona Eunice. Por hora cabe demarcar a positividade com que concebe a colonização em seus discursos mesmo quando comenta dos anos de sofrimento. Esse processo remete à fixação de uma identidade ligada ao sofrimento. Ela não concebe espaço para pensar uma vida fora dos padrões de trabalho exaustivo e sofrido, o que abre espaço para os processos de exploração a que foi submetida.

Os caminhos que valorizam e reconhecem um perfil de colono no qual o trabalho exaustivo e o sofrimento são elementos de suas identidades, podem também serem definidos como processos de subjetivação. Ou seja, “tornar-se sujeito não é somente o crescimento do poder físico, do poder do corpo; é também o reconhecimento da valorização de uma imagem” (Del Priore, 1997, p. 395). E a imagem do sujeito ao qual corresponde Dona Eunice é justamente a da migrante e trabalhadora, pobre e sofrida; mas também mãe e esposa, presa na configuração familiar do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos. Esses processos de subjetivação são ainda mais observáveis quando tomamos para a análise os depoimentos orais das migrantes. Isso porquê, na prática da história oral, o discurso, por mais social que o pensemos

é sempre referido a um sujeito, a uma pessoa, à Dona Tereza, ao Seu João. Famoso ou anônimo, o depoente é o rei, aquele que tem sua identidade firmada e ocultada, explicitada ou protegida, a partir de quem o dito ganha sentido. É somente desde esse ponto de vista que podemos pensar em explorar a subjetividade do depoente, aquilo que existe no sujeito, que passa no espírito de uma pessoa, que lhe é particular, que o singulariza (Schmidt, 2012, p. 87).

É a história oral que permite, portanto, “evidenciar o caráter construído e histórico da subjetividade, para explicitar as práticas discursivas e não discursivas que instituem formas determinadas de relação com a verdade e consigo” (Schmidt, 2012, p. 95). Neste sentido, a colonização da Amazônia também pode ser entendida como um mecanismo de produção de subjetividades. A partir desta política surge uma nova categoria de trabalhador rural na Amazônia – o colono. O colono é resultado de um processo que envolve a escolha individual de tentar a sorte na Amazônia, somada às atribuições contratuais estabelecidas entre o governo e o trabalhador rural. Os colonos assumem sua “identidade e sua liberdade de sujeitos no próprio processo de assujeitamento” (Agamben, 2012, p. 46), ou seja, durante a colonização. Portanto, a colonização é um “dispositivo que produz subjetivações e somente enquanto tal é também uma máquina de governo” (Agamben, 2012, p. 46), uma política governamental.

Mas a importância da memória não reside exclusivamente no valor individualizante dos relatos históricos da década de 1970. “Como todas as atividades humanas, a memória é social e pode ser compartilhada (razão pela qual cada indivíduo tem algo a contribuir com o social)” (Portelli, 1996, p. 127). As descrições individuais presentes nos relatos têm implicações sociais e, portanto, trazem consigo uma série de considerações a respeito do contexto macro-histórico. Parafraseando Halbwachs, o historiador Antônio Montenegro afirma que “um relato oral de memória, por mais particular que ele seja, carrega as marcas da rede social, profissional, política, cultural daquele entrevistado” (Montenegro, 2012, p. 45). Sobre a posição social dos migrantes na Amazônia da década de 1970, o relato de Dona Eunice também contribui para a crítica. Segundo ela, “quando nós chegamos aqui não tinha vila não. Ali foi construído tudo já com a gente aqui. Quando nós chegamos aqui não tinha uma agrovila, só tinha mata”. Essa passagem pode parecer fortuita, mas remete ao que foi apresentado em torno das intenções da ditadura para com esses trabalhadores e trabalhadoras. Essas famílias para lá foram direcionadas no intuito de ocupar a região e cumprir os objetivos de desenvolvimento e segurança do regime. A Amazônia, terra de fronteira, era tida nos discursos oficiais como um perigo à soberania. Para ocupá-la, o regime adotou a estratégia de aliviar a pressão da luta pela terra no Nordeste, ao longo da seca da de 1970, deslocando sua população pobre e rural para cumprir a função de chegar à Amazônia e garantir a legitimidade do Estado brasileiro naquelas localidades. Mesmo que o programa de ocupação previsse a concessão de terras a pequenos produtores, o fato é que, como disse, essa política foi logo abandonada em favor da entrada dos grandes latifundiários. Como aponta Dona Eunice, quando chegou “só tinha mata”, e alguém deveria fazer o trabalho pesado de abrir as áreas de floresta ao estabelecimento das empresas agropecuárias e garantir a infraestrutura necessária às suas atividades.

Ainda sobre a relevância social de seu depoimento, mesmo que de maneira geral seja apontada a síntese entre os discursos da migrante e a interpretação oficial, também foi possível encontrarmos uma crítica direta da depoente à política de colonização. Não por acaso ela remete ao privilégio concedido pelo governo aos grandes proprietários em detrimento da ajuda às famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Vejamos:

Eles erraram aí porque eles não viram as pessoas que trabalhavam. E era pra eles ter socorrido as pessoas que trabalhavam. Meu marido era um homem muito trabalhador. E meu marido desmatou um lote todinho e deixou só a reserva. Aí eles disseram que aqueles que desmatasse o lote tinha o direito de uma gleba. E eles não deram o direito a ele. (...) é por isso que eu digo: eles não deram o direito à pessoa que trabalhava. Aí chegava outro lá de fora que já encontrou tudo feito e

tinha o direito a gleba.

Essa passagem remonta um pressuposto da colonização que corresponde não só à necessidade do desmatamento, mas também da preservação de uma área de mata, a reserva. Segundo ela, aqueles que demonstrassem a capacidade de trabalhar num lote, conseguindo desmatar o suficiente para a produção, poderiam aumentar as propriedades constituindo uma gleba – fator que já elevava o migrante à condição de médio produtor. Contudo, de acordo com Dona Eunice, seu marido nunca conseguiu adquirir por concessão oficial o necessário para aumentar suas posses. Esse privilégio coube aos “de fora”, que chegavam na região e já encontravam “tudo feito” pela mão de obra migrante e pobre. Esse cenário é a própria realidade das intenções da ditadura. Utilizar a mão de obra proveniente do Nordeste para preparar as terras à futura aquisição dos grandes proprietários, estes últimos com capital advindo do Centro-Sul. Nesse processo, disputaram a posse não só os colonos da migração e os grandes proprietários, minoria nas localidades, mas também foram excluídos uma série de posseiros que já se encontravam na região e outros tantos que partiram para tentar a sorte na Amazônia. O resultado de tudo isso desemboca nos conflitos pela terra que marcam o âmbito rural amazônico desde a década de 1980.

Dessa maneira, o relato de uma trabalhadora rural, entre tantos outros sujeitos que ocuparam a Amazônia, além de permitir o entendimento da posição política a que ocupava esse grupo de entrevistados, pode nos oferecer uma importante descrição das relações sociais daquele período.

Considerações finais

Com este artigo, portanto, sigo o rastro daquelas que tentaram preencher o vazio historiográfico a respeito das mulheres migrantes da Transamazônica. Apesar do avanço das últimas décadas, o trabalho com a questão de gênero para tratar de temas relevantes de nossa história, como a ditadura militar e a história regional amazônica, segue sendo uma lacuna e uma urgência. Nesse intuito, o trabalho com a história oral é extremamente relevante para a recuperação do protagonismo feminino nos sertões do país. De outro modo, os depoimentos dessas mulheres não podem conduzir o historiador ou a historiadora à ideia de que “damos vozes” aos sujeitos entrevistados. A própria história da Amazônia indica que essa é uma conquista das próprias mulheres migrantes, no momento em que passaram a se dedicar aos “movimentos sociais, aos cursos de formação profissional e aos trabalhos da escola ou comunitários” (Coutinho da Silva, 2008, p. 354). Aliás, a classe política que emerge com a categoria “povos da floresta” na década de 1980, tem na atuação feminina uma de suas grandes facetas e pressupostos. Se as memórias de Dona Creuza e Dona Eunice, aqui relatadas e analisadas, em último caso não sirvam para lhes darem a voz, ao menos pude recuperar “aquilo que sentiram, viveram e sonharam” (Coutinho da Silva, 2008, p. 24).

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo e outros ensaios. Chapecó: Argos, 2012.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Antropologia dos arquivos da Amazônia. Rio de Janeiro: Casa, 8, 2003.
- BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

COUTINHO DA SILVA, Maria Ivonete. Mulheres migrantes na Transamazônica: construção da ocupação e do fazer política. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Belém: Universidade Federal do Pará, 2008.

DEL PRIORE, Mary. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (org.). Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 376-398.

DELEUZE, Gilles. Conversações. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL, "Altamira – I, INCRA", 1972.

DOSSE, François. Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre esfinge e fênix. São Paulo: Unesp, 2013.

GARRASTAZU MÉDICI, Emilio. O sinal do Amanhã. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1972.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Políticas governamentais: a colonização como acontecimento. Territórios e Fronteiras. Cuiabá, vol. 7, n. 1, abri., 2014, p. 38-46.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Historiografia, diversidade e história oral: questões metodológicas. In: LAVERDI, Robson (org.). História Oral, desigualdades e diferenças. Recife: Ed Universitária da UFPE; Ed. da UFSC, 2012, p. 15-37.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Metas e bases para ação de governo. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1972.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MONTENEGRO, Antônio. Travessias e desafios. In: LAVERDI, Robson (org.), História Oral, desigualdades e diferenças. Recife: Ed Universitária da UFPE; Ed. da UFSC, 2012, p. 38-54.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta (orgs). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 103-130.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura militar, esquerdas e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCHMIDT, Benito. Do que falamos quando empregamos o termo "subjetividade" na prática da história oral? In: LAVERDI, Robson (org.), História Oral, desigualdades e diferenças. Recife: Ed Universitária da UFPE; Ed. da UFSC, 2012, p. 83-96.

Notas de autoria

Filipe Menezes Soares é bacharel em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutorando em História Social da Amazônia no PPGHIST da Universidade Federal do Pará (Bolsista Capes). Professor substituto de História Moderna e Contemporânea na Universidade Federal do Pará (campus Bragança). E-mail: menezes.fs@gmail.com.

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

SOARES, Filipe Meneses. Vida, trabalho e cotidiano: história e memória das mulheres na colonização da transamazônica. *Sæculum* – Revista de História, v. 24, nº 41, p. 335-353, 2019.

Contribuição de autoria

Não se aplica.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Artigo recebido em 23/08/2019.

Artigo aprovado em 04/11/2019.